



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pagliesi - Geraldo Cantano Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Emerson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edero Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermes Brandão; PFL - 08: Carlos Simões - Nelson Garcia - Rony Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Ineu Colombo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a sessão.

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, à Proposição Veto n° 01/96 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 468/95 do Deputado Duílio Genari, que autoriza vender ações que detem na COPEL.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) NELSON TURECK.

REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 564/95, do Deputado Anibal Khury, que transfere o Departamento do Estado para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei n° 71/96, dos Deputados Renato Adur e Anibal Khury que autorizam o Poder Executivo a privatizar o serviço marítimo de veículos - Ferry Boat, na Baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 86/96, que altera o Art. 1º da Lei n° 11.180, que criou o município de Campina do Simão.

Sala das Sessões, em 16.03.96

(a) CEZAR SILVESTRI.

REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja criada uma Comissão Supra-partidária de Deputados com 5 membros a serem indicados pela Presidência para acompanhar a instalação da Renault no Estado do Paraná.

A vinda da fábrica da Renault para o Paraná, certamente, inaugurará um novo tempo no nosso Estado pois, com a criação de 30 mil novos empregos diretos e indiretos, mudará não só o perfil de Curitiba e Região Metropolitana mas também a estrutura econômica do Paraná.

Com isso, a vinda da Renault para o Paraná abrirá, ainda um novo eixo de desenvolvimento no caminho da industrialização do país.

Dessa forma, nada mais justo, que a criação da Comissão solicitada, para que esta Casa de Leis, no cumprimento do seu papel constitucional, possa acompanhar a implantação dessas mudanças.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do jornalista Calil Simão, ocorrido dia 21 de março corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, assim como à direção do jornal "Indústria e Comércio".

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 71 anos, faleceu na última quinta-feira, nesta Capital, o jornalista Calil Simão.

O passamento de Calil Simão veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

Calil Simão tinha seu estilo próprio de fazer jornalismo que o tornou notável não apenas em nosso país, mas no exterior.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Calil.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

O jornalista Calil Simão, possuía uma agenda privilegiada de contatos, o que o tornou colunista social de renome e muito bem informado sobre as diversas áreas humanas.

O talentoso Calil Simão jamais será esquecido por seus colegas e amigos espalhados por todo o mundo.

O céu será grande e a paz sobre Calil Simão, e o seu descanso não terá desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar com alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Calil Simão para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Simão endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do ilustríssimo Cidadão Honorário do Paraná Horácio Klabin, ocorrido no dia 25 de março de 1996, no Hospital Pró-Cardíaco, na cidade do Rio de Janeiro.

E ainda, solicita que os mesmos sejam dados ciência à família enlutada, nas Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A na cidade de Telêmaco Borba - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Dr. Horácio Klabin ocorrido ontem no Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Horácio Klabin, um pioneiro que construiu a cidade de Telêmaco Borba e atuou também com sucesso no meio esportivo daquele município, onde ajudou a implantar a Indústria Klabin de Papel e Celulose, foi homenageado no ano passado aqui na Assembléia Legislativa com o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná por iniciativa deste Deputado. Com o seu falecimento o Paraná perde um dos seus grandes pioneiros.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu, ontem, um de seus grandes pioneiros; aos 78 anos, morreu no Hospital Pró-Cardíaco, no Rio de Janeiro, onde estava internado há 14 dias, o empresário Horácio Klabin, um paulistano que, entre outras façanhas e empreendimentos, foi o fundador da cidade de Monte Alegre, hoje Telêmaco Borba, em 1950, onde instalou a Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A. Klabin havia sofrido um infarto. O corpo do pioneiro será cremado hoje às 14:00 hs. no crematório do Cemitério São Francisco, no Caju, Rio de Janeiro.

No ano passado, no dia 06 de junho, o empresário Horácio Klabin foi homenageado na Assembléia Legislativa, onde recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná pela fundação de Telêmaco Borba. Aposentado, nos últimos anos dedicava-se a viagens, conferências e entrevistas.

REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do

ilustre jornalista Kalil Simão, ocorrido no último dia 21 do corrente.

Kalil Simão publicou sua coluna durante 38 anos, sendo 15 destes anos no jornal "Indústria & Comércio" e os 23 anos restantes o jornal "O Diário Popular". No mês de maio próximo comemoraria 72 anos de vida, e marcou profundamente sua época de jornalismo como uma das principais do país.

Tinha em seus relacionamentos amistosos personalidades como Marta Rocha, Chiquinho Scarpa, Leonel Brizola, José Eduardo Vieira, César Maia e diplomatas servindo em Brasília, entre outras pessoas de destaque no âmbito nacional. Segundo o colunista da "Gazeta do Povo" Dino Almeida, que esteve com o jornalista em várias promoções conjuntas "Kalil Simão" deixou a imagem de excelente colega, copanheiro de todas as horas e profissional que amava sua profissão; uma perda irreparável na tribo do jornalismo paranaense".

Fazendo nossas essas palavras é que propomos este registro de luto.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um voto de congratulações aos estudantes Alessandra Carla Zeve, André de Paula Branco, Ângelo Luiz de Col Defino, Carlos Alberto Dias Valiente, Danielle Rozetti, Ellen Cristina Mitter Carnevalli, Fabielle Marchi Gonçalves e Rodrigo Guimarães Rodrigues, do curso de Medicina da PUC/PR pela premiação obtida no IX CONCIAM, com pesquisa sobre Leishmania.

Que do teor do presente dê-se ciência ao professor-orientador Metry Bacila e ao Magnífico Reitor da PUC/PR.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Sob a orientação do professor Metry Bacila, os alunos do curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, desenvolveram pesquisa sobre Leishmania e obtiveram premiação no IX Conclave Científico Médico CONCIAM promovido pela Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná.

Conjugando ensino e pesquisa, a PUC tem incentivado a participação de acadêmicos em trabalhos e pesquisas científicas. A Leishmaniose, patologia que atinge o homem, foi o tema escolhido pelos alunos daquela instituição para participação no IX CONCIAM.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos

os alunos pesquisadores, ao professor que os orientou e à PUC/PR pelas oportunidades que tem colocado à disposição dos seus acadêmicos.

REQUERIMENTO N° 703

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Moradias Paraná - Jardim da Ordem - Tatuquara, os quais solicitam policiamento no local. Há muitas pessoas residindo nesse bairro e desprovido de um policiamento mais ostensivo.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 708

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Moradias Paraná - Jardim da Ordem - Tatuquara, os quais solicitam um telefone público no local. Muitas pessoas ali residem e necessitam de um telefone nesse bairro. Se necessário informações de onde instalá-lo, pode-se manter o contato com a Sra. Valda Euvira Vieira pelo telefone 322-1525 Ramal 230.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 709

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Municipal Dona Fina - Ensino de Pré-Escolar e 1° Grau, localizada na Vila Gilcy - Ferraria, os quais solicitam melhorias nessa escola, bem como a contratação de funcionários, visando um funcionamento adequado da mesma. As reivindicações constam de um abaixo-assinado, o qual segue anexo.

A escola infelizmente encontra-se em péssimas condições e necessita de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, para reiterar a solicitação de liberação de um microônibus destinado ao transporte de alunos da zona rural do Município de Iná-rio Martins.

Trata-se de justa reivindicação do vereador Teodózio Lucavei, ao qual somamos nosso apoio, por entendermos as dificuldades que o município vem encontrando na área de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 712

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar o que vem ocorrendo com a rede, de energia elétrica da Moradias Paraná - Jardim da Ordem - Tatuquara, tendo em vista que quando há queda da energia, ela demora muito para voltar a funcionar, prejudicando muito a todos os moradores.

Pedem eles que a COPEL analise o que vem ocorrendo e encontre uma solução para o problema.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 713

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Tibagi, localizada no Jardim Weisópolis - Pinhais, os quais solicitam que as correspondências cheguem mais rápido em suas residências, uma vez que vem ocorrendo um atraso até de 30 (trinta) dias da postagem. O maior problema é com as correspondências referentes a contas a pagar, pois os moradores, devido ao atraso das mesmas, são obrigados a arcar com as despesas de juros.

Pedem eles providências urgentes a fim de sanar o problema exposto.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O Art. 33° da Resolução n° 159/90 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado - fica acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

Art. 33...

...§ A Comissão de Memória Política, compete a coleta, documentação e divulgação de assuntos relacionados à participação dos Senhores Deputados nos embates políticos estaduais e nacionais, com destaque especial para os que foram cassados ou punidos arbitrariamente no decurso do regime instaurado no país em 31 de março de 1.964.

Ar. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Consideramos um dever cívico o resgate dos acontecimentos políticos mais relevantes, cuja memória deve ser preservada e transmitida às novas gerações.

Em especial, os lamentáveis fatos - só para citar os mais conhecidos - que resultaram no extermínio precoce de notáveis lideranças políticas, como é o caso dos ex-Deputados Almir Passos, Constantino Kotzias, Leon Naves Barcelos, Luiz Alberto Dalcanalle, Miguel Dinizo, Walter Pecoits e outros que foram brutalizados pelo regime militar.

Poucos conseguiram retornar à arena política, a exemplo do nosso eminente Presidente Anibal Khury, reabilitando-se perante a opinião pública deste Estado. A grande maioria foi banida sem que houvesse praticado quaisquer atos que justificassem esse verdadeiro genocídio político.

A Comissão Permanente que ora propomos - esperando contar com o indispensável apoio de todos os Senhores Deputados - será o mecanismo técnico especializado para o trato destas questões.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 087/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o disposto no art. 1°, § 21 - da Lei n° 253/54 de 02 de Dezembro de 1954, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - São criados no quadro territorial do estado, os municípios seguintes:
§ 21 - o de Guaraci, com o território desmembrado do Município de Juaguapitã, sede na localidade do mesmo nome e divisas

seguintes:

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI -

VII - Com o Município de Nossa Senhora das Graças:

Inicia no encontro da linha de divisa do Município de Santo Inácio com o Rio Santo Inácio, sobe por este até a foz do ribeirão Mandacaru, sobe por este até encontrar a estrada Cafeara/Bentópolis, segue por esta em direção a Bentópolis, até encontrar a divisa a Água da Coruja, desce por esta até o ribeirão Santo Inácio, sobe por esta até encontrar a divisa entre os lotes 147 e 148, segue por esta divisa até encontrar a estrada Bentópolis Nossa Senhora das Graças, segue por esta até encontrar a Água do Lobo, desce por esta até sua foz no rio Bandeirantes do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa basicamente, determinar a solução de um antigo problema de divisas entre os Municípios de Guaraci e Nossa Senhora das Graças.

Neste sentido, foi firmado um acordo entre os municípios supra mencionados, ora anexado, o qual o Instituto Ambiental do Paraná, aquiesceu, elaborando inclusive o novo memorial descritivo, ora também anexado.

Diante do exposto, é que se propõe o presente projeto de lei, que por ser medida relevante social, contará, certamente, com a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 088/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a instituir no Estado do Paraná o programa Pró-Escola, com os seguintes objetivos:

I - Incentivar a participação de pessoas físicas e jurídicas nas atividades voltadas ao ensino e desenvolvimento educacional, inclusive, construção, conservação, ampliação, recuperação e manutenção de escolas e doação de materiais e equipamentos;

II - Incentivar a fruição do benefício facultado pelo art. 55, II, da Lei Federal nº 4506, de 30-11-64, regulamentado pelo art. 304, do Decreto Federal nº 1041, de 11-01-94, e legislação pertinente.

Art. 2º - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, ou

órgão que lhe venha a suceder, fica autorizado a firmar convênios e/ou contratar com pessoas físicas ou jurídicas para consecução dos objetivos desta Lei.

Art. 3º - A participação nas atividades relacionadas no art. 1º, I, desta lei, far-se-á por:

a) doação em dinheiro, a ser depositado em conta específica do Caixa Pró-Escola, com consignação para a unidade escolar designada pelo contribuinte;

b) doação, pelo próprio fabricante ou produtor, de materiais e/ou equipamentos sem uso;

c) pagamento direto ao fornecedor de materiais, equipamentos e/ou prestadores de serviços, devendo a Administração Pública Estadual, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, e Direção da respectiva unidade escolar atestarem o recebimento do material ou realização de serviços, emitindo recibo próprio;

Parágrafo Único - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, expedirá documento habilitado para fins de prova junto à Receita Federal, considerando o disposto no art. 1º, II, desta Lei.

Art. 4º - Fica criado o Caixa Pró-Escola, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 5º - O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, FUNDEPAR, poderá utilizar-se dos espaços delimitados no material escolar a ser empregado nas atividades educacionais da Rede Pública Estadual ou neles inserir publicidade, desde que sejam mantidas a integridade do material ou equipamento e a sua finalidade educacional.

Parágrafo Único - Os espaços a que se refere o "caput" deste artigo serão definidos por decreto do Poder Executivo.

Art. 6º - Para efeitos desta lei, considera-se:

a) utilização: exibição de publicidade nos materiais, equipamentos, obras e instalações escolares passíveis de serem utilizados como veículo promocional;

b) inserção: exibição de publicidade de terceiros anunciantes nos mesmos materiais descritos na alínea anterior.

Art. 7º - É vedada a publicidade:

a) - de produtos nocivos à saúde, tais como cigarros, bebidas alcoólicas e agrotóxicos;

b) - que veicule discriminação de ordem religiosa, moral, sexual, social, racial ou com conotação política;

c) - que incite ao desrespeito da Constituição Federal, da Constituição do Paraná ou das leis vigentes;

d) - que, devido à faixa etária e segundo as características sócio-culturais

das comunidades a que se destine, seja atentória contra a moral e os bons costumes.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A escassez de recursos públicos para o financiamento de obras e programas que atendam às necessidades da população tem implicado direta e negativamente na qualidade de ensino da Rede Oficial. Não só no Paraná, mas em todo o País.

Não se vê, a curto prazo, a menor possibilidade de superação desse quadro, com o corte drástico de gastos e eliminação do déficit público. É preciso emprestar-se à busca de soluções criativas para captação de recursos e investimentos em Educação, área em que os lucros são a longo prazo, mas certos: o futuro da Nação.

Nessa realidade, a iniciativa privada tem se revelado, em diversas experiências, um parceiro valioso e muito responsável. O presente plano de lei nasce como instrumento de complementação dos recursos empregados pelo Governo à educação e tem por escopo instituir o programa Pró-Escola e disciplinar a utilização de espaços publicitários disponíveis no material escolar a ser fornecido pela FUNDEPAR aos estudantes das escolas da rede oficial de ensino, associando empresas privadas à ação governamental na área educacional, com vistas à melhoria das condições e da qualidade de ensino oferecido aos alunos de 1º e 2º graus, das escolas públicas.

Cientes de que as necessidades na rede pública de ensino poderão ser melhor atendidas através de parcerias com a iniciativa privada, pretendemos viabilizá-las com a utilização de espaços publicitários em equipamentos escolares, além de permitir a adoção de escolas por empresas.

Assim, consideramos imperiosa a formalização, com brevidade, dessa parceria que, sem dúvida, virá facilitar a reforma de instalações e a aquisição de materiais e equipamentos modernos para uso imediato pelos alunos da rede pública de 1º e 2º graus, do Paraná, melhorando a qualidade de ensino que lhes é ministrado.

Confiamos na aprovação pelo Plenário desta Casa, a fim de que seja logo colocado em prática pelo Executivo, abrindo um vasto e valioso campo de cooperação na área da educação, inovando as relações entre a sociedade e o poder público.

É a justificativa.

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Vidas para Cristo, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação Desafio Jovem Vidas para Cristo, foi fundada no dia 02 de maio de 1994, e é uma Sociedade de caráter religioso, educacional e filantrópico, sem fins lucrativos. Suas finalidades fundamentais são: a) oferecer às pessoas viciadas em drogas e/ou álcool, uma recuperação definitiva; b) criar atividades e condições para o desenvolvimento integral do viciado em drogas e/ou álcool; c) atuar junto à comunidade, através de atividades programadas, de caráter formativo social e recreativo, visando a reintegração familiar e social. d) promover e realizar palestras preventivas contra o uso de drogas e/ou álcool, em escolas e outros lugares estratégicos.

Situada na BR-376, Km 29,5 na Estrada de Roça Velha, s/nº - Contenda, no Município de São José dos Pinhais, a Associação Desafio Jovem Vida para Cristo, está devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 00.077.234/0001-37 e também cadastrada junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sua Diretoria não é remunerada e desde sua fundação até o final de 1995, a Associação atendeu 45 crianças e adolescentes, das cidades de São José dos Pinhais, Curitiba e Região, obtendo êxito no tratamento em 75% desses casos.

Os internos possuem atividades diárias que são feitas conforme calendário anexo, e participam também, de reuniões das instituições não governamentais de São José, de palestras, terapias ocupacionais e de grupo, trabalham com artes, jardinagens e praticam esportes.

A Associação Desafio Jovens Vidas para Cristo trabalha também com as famílias de seus internos, através de aconselhamento.

Vivendo de doações a Associação Desafio Jovens Vidas para Cristo vem, com grande empenho, trabalho e dedicação de seus membros diretos, desenvolvendo árduo, mas profícuo trabalho pela recuperação dos jovens viciados do nosso Estado.

Face a importância e relevância do

trabalho desenvolvido por essa associação, é que buscamos a presente declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 090/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o conselho Paroquial de Leigos da Paróquia Santo Antonio, no Município de Iporã.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à Avenida Silvino Izodoro Eidt, 1128, no Município de Iporã, constituída sob forma de sociedade civil, com personalidade jurídica, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, religião, política ou outra natureza.

O Conselho Paroquial de Leigos da Paróquia Santo Antonio, vinculado ao Conselho Diocesano de Leigos da Diocese de Umuarama, congrega e representa os organismos de leigos católicos, promovendo iniciativas que despertem a consciência ao Evangelho, a organização e articulação das comunidades eclesiais de base; estimulação da participação permanente nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da ação pastoral da igreja.

Desenvolve importante papel na área assistencial, priorizando o atendimento a pessoas carentes, auxiliando-as no tratamento de saúde, internação hospitalar, exames e medicamentos.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 091/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Comissão Especial composta por cinco membros, para efetuar o levantamento da Memória Política do Estado do Paraná.

§ 1° - A Comissão será composta por um representante do Poder Legislativo, um do Poder Executivo, um da Secretaria de Esta-

do da Justiça e Cidadania, um da Secretaria de Estado da Cultura e o responsável pela Direção Geral do Arquivo Público do Paraná.

Art. 2° - Entre outras atribuições que serão explicitadas na regulamentação da presente lei e na constituição de seu regimento interno, compete à Comissão a pesquisa e a coleta de documentos relacionados com a memória política do Estado em quaisquer órgãos da Administração Pública, e, ainda, buscar documentos e ouvir depoimentos de entidades e pessoas que possam contribuir para a atualização das informações.

Art. 3° - A Comissão será responsável pela criação de um Banco de Dados que registrará a Memória Política do Estado, aberto à população bem como à consulta e à pesquisa histórica e escolar.

Art. 4° - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir rubrica própria no Orçamento Geral do Estado para custear as despesas dos trabalhos da presente Comissão.

Art. 5° - O Poder Executivo poderá autorizar o patrocínio de entidades públicas e privadas para realização de quaisquer pesquisa ou trabalho que a Comissão solicitar.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) BEITO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O testemunho de respeito à História, a única capaz de julgar os homens públicos, foi dado pela primeira vez no Paraná, em 7 de abril de 1855, através da aprovação da Lei n° 33, que criou o Arquivo Público, Sancionada pelo então Presidente da Província, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, tornou-se oficial o desejo de reunir "todas as memórias impressas ou manuscritas relativas à história e à geografia da província, cartas geográficas, cópias de projetos de obras públicas, mapas estatísticos e mais trabalhos deste gênero, relatórios do presidente da Província, do ministério, e sendo possível, de outras provinciais gerais, amostras de quaisquer produtos naturais ou artísticos, que forem oferecidos ao governo e cuja conservação for possível". (História Política da Assembléia Legislativa do Paraná/Volume I/Samuel Guimarães da Costa-1995).

A transcrição de parte da lei que institui o Arquivo Público - em operação até os dias de hoje e vinculado à Secretaria

ria de Justiça e Cidadania, abrigando entre incontáveis e preciosos documentos as fichas o antigo DOPS - é necessária para justificar a iniciativa deste Projeto de Lei que tem como objetivo criar uma Comissão Especial para organizar e fazer os levantamentos que faltam para reunir o que seria a Memória Política do Estado do Paraná.

No Arquivo Público estão todas as informações necessárias para este objetivo, porém, ainda resta uma gama de documentos que estão em poder de diversas entidades públicas, privadas e até em poder de pessoas físicas.

O grande mérito desta proposta é formar um valioso Banco de Dados que servirá às futuras gerações para tomar conhecimento de episódios decisivos e marcantes, que podem servir de referencial para os próximos passos que rumam certos ao novo milênio.

Já afirmava Nicolau Maquiavel (1469/1527), pensador e estrategista político florentino: "A maioria daqueles que lêem a História, limitam-se apenas ao prazer que lhes proporciona a variedade de acontecimentos que ela apresenta, não lhes ocorre, pelo menos em pensamento, imitar as suas belas ações".

E a história política do Paraná está repleta de belas ações, de exemplos que poderiam ser repetidos e que com certeza garantiriam o sucesso de muitos empreendimentos.

Um dos inúmeros exemplos históricos que podem ser comprovados, a partir das informações conservadas pelas autoridades constituídas conta a iniciativa heróica do então Deputado da Província, Carlos Cavalcanti, que renunciou ao mandato na tentativa de sensibilizar seus pares a partir da aprovação de uma emenda ao Plano Ferroviário do Governo da União que favorecia Santa Catarina em detrimento ao Paraná.

A renúncia lhe concedeu uma valiosa admiração da população que elegeu Carlos Cavalcanti governador para o quadriênio 1912-1916. Graças ao trabalho de historiadores notórios como Romário Martins, David Carneiro e outros que estavam sensíveis aos conhecimentos da época, é possível hoje saber o que se passou nesta área nos vários períodos da rica história do Paraná.

Um trabalho objetivo nesta área vai possibilitar a reunião num único acervo de todas as informações disponíveis.

Esta organização vai proporcionar a ligação de fatos ocorridos desde o Brasil Imperial e suas províncias, do período Republicano, até a época contemporânea, passando pela Ditadura Militar e chegando aos tempos atuais.

Fazer essa mescla entre os acontecimentos que valeram ao Paraná um lugar de

destaque na Federação, a partir da luta política de seus representantes para garantir a integridade do Estado, é um dos maiores objetivos deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 092/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio objetivando completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira no referido município.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Habitacional Jardim da Figueira, em Cornélio Procópio, já recebeu pavimentação asfáltica em parte de suas ruas. A comunidade reivindica a complementação do serviço iniciado.

A presente proposição, de nossa autoria, busca atender à solicitação da população que lá reside. Confiamos poder contar com o indispensável apoio dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI N° 093/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio objetivando a pavimentação do Conjunto Residencial Fortunato Sibim no referido município.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica nas ruas do Conjunto Residencial Fortunato Sibim, em Cornélio Procópio, é reivindicada pela co-

munidade que lá reside. Significará uma importante melhoria nas condições de moradia do local.

Nossa proposição, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal com este objetivo, visa atender aquela comunidade. Esperamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) - Passo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhor Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Subindo mais uma vez à tribuna, não poderia deixar de forma alguma, quando nós vemos aí críticas ao Governo do Estado do Paraná, que nós estamos aí, o Deputado do interior do Estado do Paraná, o Deputado pé vermelho, pé descalço, nós vemos aí programas fantásticos do Governo do Estado. E estamos aí quase toda a semana, e estamos aí todo mês dentro do Palácio, juntamente com os demais Deputados desta Casa assinando programas de alcance social muito importante para o Governo do Paraná.

Estivemos hoje novamente no Palácio assinando um programa "Linha do Ofício", aonde o Governo Jaime Lerner e a 1.ª Dama do Estado do Paraná, Fani Lerner, assinaram convênio com mais 15 municípios do Paraná, um município de cada regime, de cada região do Estado.

São ônibus que foram entregues hoje, assinado convênio com o Prefeito através da Fani Lerner, aonde compareceram esses Prefeitos e também os Chefes de Núcleo da Secretaria da Criança. E nós temos os ônibus que praticamente é uma sala de aula. Uma sala de aula aonde os formandos, os alunos que ali vão estudar, vão aprender, vão se escolarizar aprendendo diversas profissões.

São programas que deram certo quando o Governador foi Prefeito de Curitiba, e hoje o nosso Governador está implantando no Estado do Paraná.

É por isso que eu tenho que subir a esta tribuna, para dizer dos programas do governo e elogiar ao mesmo tempo o governo e a sua Secretaria. Quando nós vemos um governo preocupado com os seus filhos, um governo preocupado com os nossos irmãos, um governo que sem sombra de dúvida com os seus projetos fantásticos vai transformar este Estado do Paraná.

Está provado, só não quer ver, aquele que não quer. Mas o governo sim está aí, para fazer as realizações para trazer o emprego ao Estado do Paraná, e hoje vai trazer muito, muito mais ainda.

Está de parabéns o Governo do Estado do Paraná, está de parabéns também esta

Assembléia, porque a Assembléia representa o povo do Paraná.

É este, o nosso amigo Deputado Pasílio Zanusso, também o nosso Deputado, finalmente que tem lutado o grande Deputado que representa aquela região de Nova Esperança.

E nós como somos Deputados do interior, quando nós vemos esses programas, nós nos sentimos sensibilizados. Com o coração, principalmente, um coração humano, que é um coração da fraternidade, que é um coração que realmente ama o cidadão, ama o nosso irmão.

Portanto, não poderia, Senhor Presidente, de deixar neste momento de dizer aqui, de transmitir mais uma vez a minha alegria, principalmente, em nome da minha região que também recebeu esse ônibus.

Um agradecimento a este Governo do Estado do Paraná, que sem sombra de dúvida, vai ser um dos melhores Governadores, não do Estado do Paraná, mas sim deste Brasil, deste torrão imenso.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo mais Oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não havendo Oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças. PMDB.

Com a palavra, Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - (Lê)

Lei nº 9888

Data 27 de dezembro de 1991

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a financiar em âmbito Estadual, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a construção de Núcleos Habitacionais no Sistema de "AUTOCONSTRUÇÃO", conforme específica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a financiar em âmbito Estadual, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a construção de Núcleos Habitacionais no Sistema de "Autoconstrução".

Art. 2º - O Sistema de "Autoconstrução", será implantado em loteamentos particulares ou públicos, cuja urbanização já exista.

§ 1º - A construção das casas pertencentes ao sistema "Autoconstrução", não poderá exceder a 70 m (setenta metros

quadrados).

§ 2º - Os proprietários não poderão possuir imóveis urbanos ou rurais.

§ 3º - A renda dos proprietários, não poderá exceder a 5 (cinco) salários mínimos regionais, por ocasião da aquisição do imóvel.

Art. 3º - Fica facultado aos proprietários, o financiamento parcial ou total da construção, através da Secretaria Especial da Política Habitacional.

Parágrafo Único - A construção de Núcleos Habitacionais no sistema "Autoconstrução", será supervisionado tecnicamente pela Secretaria Especial da Política Habitacional do Governo do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de dezembro de 1991.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Secretário Especial

da Política Habitacional

TOTI COLAÇO

Deputado Estadual

Esta lei, eminente Deputado Nelson Tureck, e demais companheiros desta Casa, foi de minha autoria, Deputado Toti Colaço.

Diz respeito ao que o Governo do Estado, está fazendo nos dias atuais, que é a autoconstrução. Aonde financia sua casa parcialmente ou na totalidade. E o proprietário da casa a constrói a seu gosto, do seu jeito, da forma que lhe convier.

Por isso, que fiz questão de destacar e fazer a leitura desta Lei, que o Programa autoconstrução que está sendo implantado no Estado do Paraná, nada mais é, do que o cumprimento da Lei 9.888, aprovada nesta Casa, e que hoje o Governo do Estado está colocando em funcionamento.

O Sr. Nelson Tureck (Aparte - Assentimento).

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Estou usando o Horário da Liderança, até quero ver se serei bastante breve, porque o Deputado Romanelli, talvez, complete o nosso tempo.

Quero fazer a leitura aqui, e gostaria que o Deputado Nelson Tureck, principalmente, pudesse ficar atento para a leitura desta Lei. Isto diz muito sobre o vosso discurso do dia de ontem, aqui nesta Casa

de Leis.

O Sr. Nelson Tureck - (Aparte)- Gostaria de falar para o Toti, que o seu pronunciamento é muito bom.

Uma preocupação do Deputado que já em 1991 e, principalmente, porque o Governo Jaime Lerner começou agora a adotar este programa.

Nós ficamos contentes por saber que o nosso município, que Vossa Excelência também representa, que é Araruna, também já está sendo feito o levantamento para a construção de casas lá em Araruna.

Então para nós é muito importante. É um projeto de 1991, que se tornou lei e, hoje, no Governo Jaime Lerner, é uma realidade. Então, queria me associar as suas palavras e, realmente, o Paraná sai ganhando e, principalmente, Vossa Excelência que apresentou um projeto tão importante.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli) - Aparte.

Deputado, queria na verdade testemunhar o empenho que Vossa Excelência teve na aprovação desse projeto, da sanção que o Governador fez, inclusive, com parecer, que quando era Secretário de Política Habitacional, e dizer a Vossa Excelência que foi sob a inspiração do seu projeto que nós realizamos o programa de autoconstrução com recursos do BANESTADO.

Fizemos um atendimento ao professorado, a todo o funcionalismo público estadual e que na verdade foi um programa de extremo sucesso e que ainda vem sendo executado sob a direção agora até do doutor Ricardo P. muito bem tem dirigido a imobiliária do Banco do Estado, é justamente deste projeto de Vossa Excelência que tantos frutos semeou. E agora, nós verificamos que o Governo Jaime Lerner continua graças a Deus seguindo este bom projeto de Vossa Excelência.

Meus parabéns, Deputado Toti Colaço.

O Sr. Renato Adur - (Aparte) - Deputado

Toti Colaço, gostaria também de ratificar as palavras do Deputado Luiz Claudio Romanelli, uma vez que nós acompanhamos passo a passo o seu empenho nos idos de 91, para que esse projeto fosse implantado.

E esse projeto passou nesta Casa, foi muito bem discutido e foi sancionado pelo Governador Requião, na época.

Só não foi implementado com maior intensidade, na época, eu me lembro muito bem, porque o Secretário da Política Habitacional, na ocasião, o Deputado Luiz Claudio Romanelli empreendia um projeto inédito no Paraná, pela quantidade de casos no sistema de pagamento com 20% do salário mínimo à Casa da Família.

E que mesmo assim foi implementado através da autoconstrução para o magistério, para os professores numa iniciativa louvável também do Estado do Paraná.

Queria parabenizar Vossa Excelência pela visão que teve na época e também ao Governo do Estado do Paraná, que hoje adota isso também como um plano maior do seu governo, a execução de um projeto de sua autoria.

Acho que a contribuição que Vossa Excelência deu para que o governo atual possa desenvolver e executar esse projeto é muito salutar para o nosso Estado do Paraná.

Parabéns.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, apenas para concluir, agradeço evidentemente o apoio dos companheiros que me apartaram e devo lhes dizer que me sinto feliz pelo fato do Governo estar colocando em execução um projeto da autoconstrução, da construção da casa própria que a meu ver é muito importante para o Estado do Paraná, para todos os municípios, inclusive, para a própria Capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Senhor Presidente, Senhores Deputados nos termos do Regimento, quero fazer uma comunicação à Casa.

Ontem, aqui neste Plenário, comuniquei à Casa, como também já havia feito, o Deputado Carlos Simões, da possível existência de dossiês que estariam sendo realizados sob orientação do Governo do Estado.

Quero comunicar a esta Presidência e aos Senhores Deputados, que recebi na manhã de hoje, com muita satisfação a visita do Delegado Geral da Polícia do Paraná, da Polícia Civil, o doutor Toleb, que de uma forma muito cortês, comunicou-me que não está realizando nenhuma investigação e que se a ele fosse dada essa tarefa, ele se recusaria. Porque interpreta como um ato na verdade dos regimes de exceção e que ele como delegado geral não colocaria a Polícia Civil nessa situação vexatória. Por isso eu quero na verdade louvar a atitude do nosso Delegado Geral de Polícia Toleb, agradecer a sua visita e dizer Sr. Presidente, que as posturas do Dr. Toleb têm sido sempre democráticas e com competência ele tem gerenciado a Polícia Civil. Por isso que a visita que ele me fez hoje, acompanhado do Delegado DSE também, dizendo ele como responsável por essa área da polícia civil, que não há na verdade nenhuma ordem de execução e nem ele está elaborando nenhum dossiê.

Por isso que eu quero aqui de público registrar a visita e ter a esperança na verdade, que atitudes iguais a do Dr. Toleb possam ser repetidas por membros do Governo Estadual e que pelo menos, na minha avaliação graças a Deus, da Polícia Civil eu não estou esperando nenhuma notícia ruim. Muito obrigado Sr. Presidente. Quero na verdade parabenizar a atitude do Delegado de Polícia Dr. Toleb.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associada à sua manifestação ilustre Deputado sabemos de antemão, que não seria esse o procedimento do ilustre Diretor Geral da Polícia Civil do Paraná que tem pautado as suas ações dentro de um regime que todos nós desejamos pela democracia.

Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero cumprimentar o Deputado Romanelli, pelo seu esclarecimento, clareando bem uma situação que ontem ficou um tanto quanto delicada, e dizer ao mesmo tempo que o Diretor de Polícia Civil ao fazer a visita hoje a Assembleia, ao Gabinete do Presidente da Assembleia, da Liderança do governo de outros parlamentares, inclusive em especial gabinete do Deputado Romanelli, que deixou bem claro essa posição. Poupa-me o Deputado Romanelli de fazer esse esclarecimento.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Gostaria de deixar registrado, como assumi um compromisso para que os nobres companheiros do governo, principalmente S.Exa. o Governador do Estado nosso eminente Jaime Lerner, não se esqueça que Ponta Grossa ainda não ganhou o seu Secretário do Estado. Estamos aguardando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra a liderança do PT.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz à tribuna no dia de hoje, tem um Projeto em discussão na pauta, que é de iniciativa da Bancada do PT, que institui no Regimento Interno da Assembleia Legislativa a criação permanente de direitos humanos. Gostaria de fazer uma retificação, que esse Projeto não é somente de autoria da Bancada do PT. Na realidade, em outros momentos da Assembleia Legislativa, por iniciativa do Deputado Caíto Quintana, foi constituída a comissão permanente dos direitos humanos da Assembleia Legislativa. E o Deputado Caíto Quintana debruçado sobre essa matéria, desempenhou durante um determinado tempo e impulsionou a constituição e a consolidação desta Comissão nesta Casa de

Leis. No entanto essa Comissão ela foi extinta e hoje ela tramita por nossa iniciativa a criação da Comissão. O Deputado Alborghetti, o Deputado Algaci Túlio, Deputado Ricardo Chab, conhecem, a realidade cotidiana, da vida das cidades no Paraná, conhecem a realidade cruel, onde a maioria da nossa população está envolvida em função da violência que graça no dia-a-dia, na vida das pessoas. E a violência tem as mais diversas caras, ela se apresenta das mais diversas formas. Entre elas, a discriminação racial, o seqüestro de pessoas, o seqüestro de crianças que depois são colocadas a venda, um crime hediondo que se fez contra a família, contra os direitos humanos, a tortura nas delegacias. Enfim há uma enormidade de gestos de violência por parte da sociedade. E o Poder Público em outras épocas, principalmente no período da ditadura militar, do regime militar no nosso país, procedeu por parte do Estado uma violência contra os direitos da cidadania.

Recentemente no Congresso Nacional, houve um processo muito rico com a criação da Comissão Permanente dos Direitos Humanos no Congresso Nacional, apoiada por todos os partidos, por todas as bancadas.

Esta Comissão fez um trabalho de rastrear os desaparecidos, isto é, os corpos desaparecidos durante o conflito existente na sociedade no período do Regime Militar.

É com esse intuito, que estamos apresentando esse Projeto hoje, juntamente com o Deputado Caíto Quintana e que amanhã apresentaremos um Substitutivo a este Projeto se for aprovado em primeira discussão e venho a essa tribuna pedir apoio aos Senhores Deputados para que criem e instituam na Assembléia Legislativa a constituir uma Comissão permanente na defesa dos direitos humanos e da cidadania do nosso país.

Que amanhã possamos discutir, e aprovar esse Substitutivo, porque esse Substitutivo nada mais traz do que especificar as relações entre o Poder Legislativo e as demais estruturas do Estado do Paraná, a estrutura jurídica e a estrutura do Poder Executivo, para possibilitar que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa tenha a capacidade de poder fazer o processo investigatório e de denúncia no que diz respeito ao cumprimento na defesa dos direitos humanos e da cidadania do povo do Estado do Paraná.

Pego o apoio aos Senhores Deputados que está em tramitação e amanhã já anuncio que a Bancada do PT junto com o Deputado Caíto Quintana estará apresentando um Substitutivo, que nada mais é do que uma especificação das relações desta Comissão

com a estrutura jurídica do Estado do Paraná.

O Sr. José Tavares - Exatamente Deputado Vanhoni, quero cumprimentar V. Exa. e a sua bancada pela iniciativa dessa matéria e me somar a ela dizendo o seguinte: a Câmara dos Deputados também em boa hora conseguiu tirar da Comissão de Constituição e Justiça que tinha competência legislativa para discutir as questões relacionadas com os direitos humanos e constituiu a sua Comissão Permanente dos Direitos Humanos naquela Casa.

Nós, quando Secretário de Justiça, exatamente procuramos dotar o Paraná de um instrumento que acabaria desaguando numa iniciativa como essa de Vossa Excelência e dos Deputados da sua Bancada, porque existe no Brasil, - sobretudo a partir da redemocratização do país - o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana, e a Secretaria de Justiça dos Estados tinham por dever, e nós aqui no Paraná, numa questão não de má vontade, mas de desinteresse ou até de descaso talvez, por parte de quem conduziu essa política nesses anos todos, estávamos passando despercebidos em não dotar o Estado de um instrumento que pudesse ser a continuidade da política que o governo federal a partir da redemocratização vinha adotando no país na área de direitos humanos, e constituímos uma Comissão de alto nível e esta Comissão acabou por sugerir uma proposta de um Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, que para a minha satisfação pessoal, depois de toda a tramitação, discussão e análise, vai-e-vem, acabou sendo votada nesta Casa quando eu não mais era Secretário e sim Deputado.

Então a partir da sua sanção da transformação dessa iniciativa em Lei conseqüentemente da instalação e posse do 1º Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Fico feliz em ver que depois disso a sua bancada, na pessoa de Vossa Excelência, toma a iniciativa de propor à Casa a criação de uma Comissão Permanente para dar continuidade, já que as políticas de direitos humanos se entrelaçam nos diferentes poderes, e o Poder Legislativo que é sem dúvida alguma, o Poder maior dos Poderes, eu diria assim, porque é o Poder mais democrático de todos os Poderes constituídos.

O Poder Legislativo não poderia ficar à margem desse processo.

Então quero, cumprimentá-lo, quero me somar a esta iniciativa e a esse trabalho de Vossa Excelência e dizer que a Assembléia está dando um grande passo, além de um grande passo que ela está dando, está dando um grande exemplo de não se omitir

num importante assunto, numa importante questão como essa.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado Deputado Tavares.

Esperamos com esse gesto poder fazer isso que Vossa Excelência afirmou. Acho que a luta pelos direitos humanos é um processo permanente de evolução da sociedade humana. Acho que o Poder Público tendo uma iniciativa como esta que Vossa Excelência colocou e propugnou durante muito tempo.

Acho que estamos dando um passo, pelo menos do ponto de vista formal, do ponto de vista da Constituição, de alguns espaços, para que possamos ter um espaço de luta, para garantir minimamente os direitos humanos na nossa sociedade.

Muito obrigado, e espero que os Deputados compreendam a intenção dessa proposta e votem favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Marquinhos Alves, Liderança do PTB.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje estivemos no Palácio Iguaçu e tivemos a satisfação de presenciar a entrega de 15 ônibus, ônibus estes que fazem parte do Projeto "Linha do Ofício".

E nos sentimos bastante felizes em, neste instante deixar o nosso agradecimento ao Governo Jaime Lerner por tudo que tem prestado à comunidade paranaense.

Nós, que vimos hoje um projeto criado pelo próprio Governador Jaime Lerner, quando então Prefeito de Curitiba.

Realmente é um grande sucesso quando esteve aqui na Capital e agora estendido para todo o Estado do Paraná.

Sabemos da grande valiosidade deste Projeto de prestar serviços para a população do interior do Estado. O interior que até então não tinha preenchido através desse espaço tão importante que a Capital vinha tendo.

A idéia do Jaime Lerner contemplando mais uma vez os municípios do interior do Estado do Paraná.

A "Linha do Ofício" de início vai atender uma população de 15 municípios, municípios estes que estivemos presente ao lado aí de Deputados como Nelson Tureck, Milton Puppio e muitos Deputados que foram agraciados com o ônibus que vêm realmente levar a população de Maringá. O Deputado Alborghetti também, presença marcante lá hoje.

E queremos dizer que uma população de 15 municípios num período de 90 dias. E cada ônibus tem a capacidade para atender três tipos de capacitações profissionais,

como por exemplo eletricista, reparador, auxiliar de cabeleireiro, datilografia com 12 máquinas de escrever.

Os primeiros 15 municípios a serem atendidos, a receberem um ônibus da "Linha do Ofício", por exemplo Astorga que é um município que hoje foi também agraciado, um município que representamos, município de Andaraí, Almirante Tamandaré, Capitão Leônidas Marques, Dois Vizinhos, Guarapuava, Guaíra, Irati, Ipiranga, Luiziana, Reserva, Rolândia, São José da Boa Vista, Terra Rica e União da Vitória.

E Astorga, Cidade vizinha da Cidade de Maringá, por exemplo, que tem uma população de 25 mil habitantes, também foi nesta manhã incluída.

Queremos dedicar aqui o nosso carinho especial.

O Sr. Jocelito Canto - Só gostaria de saber de Vossa Excelência se essa relação que Vossa Excelência acaba de informar é a relação das cidades que receberam os ônibus.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Exatamente, são 15 municípios.

O Sr. Jocelito Canto - Por acaso consta o nome de Ponta Grossa.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Ponta Grossa não consta.

O Sr. Jocelito Canto - Não consta, aliás, nada para Ponta Grossa, nenhum ônibus. Compramos ônibus para Ponta Grossa agora, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Infelizmente Ponta Grossa não está incluída. Aí o Senhor tem que correr atrás para o seu município.

Astorga por exemplo, tem uma população de 25 mil habitantes, distribuídos na cidade sede e em três distritos: Igara, Santa Zelina e Tupinambá. Seu principal fator econômico é a agricultura, com plantio de algodão, soja, milho e outros cereais. Há ainda, no setor produtivo, a criação e engorda de frangos, tornando-se cidade-polo nesse setor. Haja vista que anualmente há a Festfrango, mobilizando produtores de toda a região.

Neste Plenário, contamos com as presenças do Sr. Carlos Keide, Prefeito Municipal de Astorga, e do Sr. Manoel Joaquim de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Astorga.

Queremos parabenizar o Governo do Estado do Paraná na pessoa de seu Governador, Jaime Lerner, por mais essa iniciativa de educação e melhorias na profissio-

lização das comunidades mais carentes de recursos econômicos.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo e fazer o registro da importância do Projeto da "Linha do Ofício".

Nós, quando vice-Prefeito de Curitiba, juntamente com o Prefeito da época, hoje Governador Jaime Lerner, lançamos este projeto pioneiro na Capital do Estado e, foi de um alcance social extraordinário. Possibilita a Linha do Ofício a formação de mão-de-obra de pessoas que às vezes não têm acesso a uma academia de datilografia, uma escola de corte e costura, uma escola de avanço na tecnologia, inclusive, então todos os equipamentos colocados dentro dessa Linha de Ofício, deste ônibus.

Tenho certeza vai trazer os mesmos resultados que trouxeram para a Capital do Estado. Testemunhei formaturas de dois mil, três mil alunos na Ópera de Arame, em outros salões paroquiais da Cidade de Curitiba, onde a gente sentia a emoção de um pai que, teve um filho que talvez não tivesse condições, em função de ter que trabalhar de poder ir para a escola, mas que, de repente a Linha do Ofício proporcionou a ele de receber um diploma e, no ato da formatura o pai levava para o filho e, vi isso várias vezes, uma máquina de escrever, levava o instrumento dentro da profissão que ele aprendeu na Linha do Ofício.

Tenho certeza que, as cidades do interior do Paraná, hoje agraciadas com os ônibus da Linha do Ofício vão ter um resultado realmente extraordinário. E, dizer ao Deputado Jocelito Canto que nós ainda estamos apenas iniciando agora, a Secretaria da Criança e Assuntos da Família está apenas iniciando este trabalho de interiorização da Linha do Ofício, porque esses ônibus são comprados, são ônibus usados, comprados, reformados e, tem um tempo muito grande para a sua reforma, para a sua preparação, para colocar o equipamento neste ônibus. E, que, para os próximos meses mais 29 municípios serão agraciados. Quem sabe numa dessas Ponta Grossa venha a ter essa oportunidade. Não se nega nada a Ponta Grossa; a nenhum dos municípios. Tudo tem o seu devido tempo. Tudo vem do interesse do Prefeito local em entrar num programa como este da Linha do Ofício. Quem sabe até agora a Prefeitura não tenha manifestado este interesse.

Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Queria fazer uma sugestão só para contribuir para este debate, sugestão ao Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo nesta Casa e, para contemplar os vários apelos que o Deputado Jocelito Canto tem feito sistematicamente

em relação a Ponta Grossa, desde o começo do ano passado.

A minha sugestão, Deputado Zuk, Vossa Excelência como Parlamentar também de Ponta Grossa e vice-Presidente desta Casa, vai no sentido de que, seja expedido um convite ao Governador Jaime Lerner que, quando estiver em visita ao Paraná faça uma passagem a Ponta Grossa. Acho que isso seria importante.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Acho um tanto levado a base da brincadeira este questionamento do Deputado Ângelo Vanhoni, porque o Governador Jaime Lerner quando não está na cidade, quando não está no Paraná, o Governador, está trazendo benefício para o Paraná. Aliás eu convido o Deputado Ângelo Vanhoni, para que no dia 29, comparecer na Renault, aqui em São José dos Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O ilustre orador tem um minuto para terminar sua locução.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Continuando, a Linha do Ofício.

Até hoje, Maringá não foi agraciado, mas nós temos paciência. Ponta Grossa é uma cidade muito importante.

Então a Linha do Ofício, Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito ajudará a população mais pobre do nosso Estado do Paraná. E melhores oportunidades de vida. Aprender um ofício para no seu uso obter ganho para o seu sustento. Um ganho extra.

Então daqui 90 dias teremos outros municípios vindo em Curitiba, para assinar convênio com a Linha do Ofício. E torcemos para que Ponta Grossa, Maringá e outras cidades sejam estreantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Questão de Ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, quando ouço falar que tantos municípios recebem, tantas coisas, sempre olho, e nunca tem nada para Ponta Grossa. Estou mais preocupado Deputado Alborghetti.

Porque quando os Líderes de Ponta Grossa vieram ao Governador, para solicitar a ele um cargo de Estado. O Governador nos disse o seguinte: "sou Secretário de Ponta Grossa". O Governador se intitulou.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Ilustre Deputado Jocelito Canto, logo em seguida vou chamar a Liderança do PSDB, daí Vossa Senhoria poderá usar, os dez minutos da Liderança:

Pela Ordem, a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, parece-me que o regimento é claro, que é o Presidente da Mesa. É ele única e exclusivamente, compete julgar a questão de ordem e não o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente justificada. A liberalidade foi dada, e agora foi cassada.

A palavra está com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que vai usar da palavra no Horário do PDT, concedido pelo nosso vice-Líder Nelson Tureck.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quero agradecer ao Deputado Algaci. Queria vir aqui hoje, deixar um fato registrado. Que não sou hipócrita e não gosto de ninguém. Hipocrisia não é comigo.

Na época do Governo Álvaro Dias, consegui realizar, no gabinete da miséria, o maior trabalho da Cidadania e Ação Social. Não faço Assistência Social, porque não sou formado em Assistência Social, o que falo em Assistência Social tem que ser um formado em Assistência Social, porque o verdadeiro político aquele que tem vergonha na cara, o que ele faz. Se ele tiver coragem política, é Cidadania e Ação Social.

Tenho uma organização dentro do meu gabinete, que não é governamental. Oxalá! Que algum Governo do Paraná, pudesse fazer 1/3 daquilo que faço dentro do meu gabinete, na Assembléia Legislativa e que tenho este Parlamento como testemunha.

Não vim agradecer o Governo Jaime Lerner. Não senhor. Não vim aqui agradecer o seu Governador. Vim aqui agradecer a Senhora Fani Lerner. Primeira Dama do Governo do Estado do Paraná. É a ela que devo, hoje, o ônibus que Rolândia está recebendo da Linha do Ofício. É a ela que pedi. Foi ela que me atendeu. Que na realidade o Governador nem sabia, que ela estava fazendo este grande trabalho, para implantar a Linha do Ofício.

Não tiro o mérito do Deputado Marquinhos Alves, ter agradecido o Governador Jaime Lerner. Não é por aí. Assim tudo que tenho pedido a Fani. Permita-me chamá-la Fani. Assim me reportava a mãe do Deputado Beto Richa, com intimidade. Porque a mãe do Deputado Beto Richa, também, realizou um grande trabalho de Cidadania e Ação Social no Paraná. A esposa do Governador Roberto Requião, também realizou. A esposa do Governador Álvaro Dias também realizou e hoje de manhã, digo mais...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Só para que Vossa Excelência não deixe de fazer justiça a uma primeira dama extraordinária do Paraná que foi a Sra. Marlene Pereira.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ah! Esqueci. Perdoe-me. Ela me atendeu, mesmo eu sendo da oposição. Perdoe-me. É que ele era vice e assumiu. Perdoe-me! Perdoe-me! Nunca negou nada ao meu gabinete, nos seis meses em que ele ficou no Palácio Iguaçu. Depende é do Deputado, porque não marco audiência, não. Vou lá e grito. Quer me atender, atenda. Se não quiser me atender, não atenda. Vá para "o diabo que o carregue". Vou embora, vou procurar o caminhaõ da onde eu caí. Sou Deputado é para isso. O povo votou em mim e só tenho que dar satisfação ao povo do Paraná. Quem paga o meu salário neste Parlamento, é o povo do Paraná, não é o Deputado Anibal Khury. Ele apenas assiná o cheque, o dinheiro é do povo, sou empregado do povo, não sou gigo-lô do dinheiro público.

Tenho que dar satisfação ao povo que me elegeu. Sou empregado e serei empregado sempre, enquanto for Deputado do povo do Paraná e não tenho o hábito de fazer requerimento, passar aqui, para mandar para a esposa do Governador. Mando direto do meu gabinete e quero dizer aos Senhores que nasceu uma criança em Londrina num estado desesperador e a Senhora Fany Lerner me ajudou a salvar essa criança e assim, tantas outras crianças, surdas e mudas, do Paraná, que não tenho condições de fazer isso pelo meu gabinete, porque os recursos são poucos, e essa ilustre Senhora tem atendido e muito, o meu trabalho de ação social e cidadania do meu gabinete na Assembléia Legislativa.

Aliás, diga-se de passagem, todas as esposas de outros governadores que antecederam o Governo Jaime Lerner, todas elas foram de garra, sempre trabalhando por ação social e por cidadania, assim como faz a esposa do Prefeito Rafael Greca, assim como faz a esposa do Prefeito Luiz Eduardo Cheida em Londrina. Quantas coisas eu tenho pedido para a esposa do Prefeito Luiz Eduardo Cheida, que é do Partido dos Trabalhadores, partido muito bem representado por esta bancada ilustre, coordenada pelo Dr. Florisvaldo Rosinha Fier, e quantas vezes peço à esposa do Prefeito Luiz Eduardo Cheida, mando correspondência a ela e ela tem me atendido em todas as minhas reivindicações na Cidade de Londrina!

Tudo aquilo que peço para a esposa do Prefeito Rafael Greca, tem me atendido e quero deixar um voto de aplauso, não apenas aos dez ônibus. Quando soube que iam ser lançados os ônibus do Paraná, pedi para Londrina, pedi para Cambé, para Ibiporã, porque não sou Deputado só de Londrina ou só de Curitiba. Em Londrina fiz 17 mil votos. Aqui na capital fiz 23 mil votos. Fiz votos em todas as cidades do Paraná.

Aonde fiz um voto, tenho responsabilidade com esse voto; com esse eleitor. Sou Deputado do Paraná. Se um cidadão votou em mim, como em São Sebastião, onde fiz 05 votos, tenho responsabilidade com esses 05 eleitores.

Então, peço para o Paraná inteiro, sem distigüir a cor, o credo, a raça, sem saber se é do PTB, do PT, do PDS, da ARENA, do MDB, do PMDB, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Acho que político é assim. Somos Deputados aqui, é pelo Paraná. Não sou Deputado de uma determinada cidade. Estou preocupado com o Paraná.

Se eu puder me somar com o Deputado Jocelito Canto que está cantando em versos e prosas hoje na Assembléia Legislativa o seu grito de angústia e alerta para que Ponta Grossa dê o seu Secretário à administração, cantando em versos e prosas nesta tarde o seu grito de angústia, para que Ponta Grossa receba também um ônibus de Linha do Ofício. Então, acho que todos nós temos o direito.

Posso também gritar pelo Município de Luiziana, da terra do meu querido Nelson Tureck. Posso gritar também por Araucária, terra do meu querido Zezé, grande e ilustre Deputado neste Parlamento, onde obtive um voto e tenho responsabilidade por este voto, e me dirigir à senhora Primeira Dama do Governo do Paraná, Senhora Fani Lerner e ir lá gritar, junto a ela: vamos auxiliar este município que está passando por esta ou aquela necessidade.

Quero deixar, aqui, o meu voto de aplauso à Primeira Dama do Governo do Paraná, Senhora Fani Lerner, que nos momentos de alegria ou de tristeza ela está dando um exemplo - e desafio quem me prove o contrário - um exemplo de galhardia, de honestidade, de trabalho, um exemplo de cidadania para as mulheres brasileiras do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Querria anunciar com satisfação a presença do ex-Parlamentar e hoje Diretor da Secretaria de Educação, que tem desenvolvido naquela pasta e no cargo que ocupa, um atendimento ímpar a esta Casa e, principalmente, um atendimento solícito a todas as reivindicações a ele dirigidas. Queria que o Paulo Maia, nosso amigo e companheiro desta Casa, tenha neste convívio em oportunidades que aqui se encontra, realmente revitalizado a nossa amizade, o nosso apreço e, principalmente, a contribuição que deu neste Parlamento à família do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É com satisfação que anunciamos a presença do ex-Deputado Paulo Maia e também agrade-

ceamos a visita do jornalista Emir Sfaier.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, o que queremos dizer nesta tarde é sobre a Linha do Ofício. É interessante falar desse projeto. Acompanhava, atentamente, o pronunciamento do Deputado Marquinhos Alves e foi ele quem me sugeriu para subir aqui e achei boa a idéia. Aqui estou para protestar, mais uma vez, contra a não inclusão da nossa abandonada e esquecida Ponta Grossa, do Governo do Estado. De novo esquecido Ponta Grossa. E o Deputado Plauto me dizia ali, me disse que pediu, o Deputado Zuk também deve ter pedido. E me lembro que logo no início do Governo estivemos no Palácio, e o Governador falou dessa Linha do Ofício, que queria mandar para Ponta Grossa. E eu, se procurar minhas fitas, porque guardo tudo como bom radialista que sou, para ver se o cara mentiu, se tem o nariz de Pinóquio ou não, se procurar minhas fitas eu acho essa fita e posso trazer a esta Casa, aqui, Sua Excelência dizendo que mandaria a Linha do Ofício para Ponta Grossa.

Só vim cobrar esta postura, Senhor Presidente, porque a nossa Ponta Grossa não pode ser esquecida no Estado do Paraná. Uma cidade que contribuiu para a eleição do Jaime Lerner, ajudei a eleger o Jaime Lerner. Votei o ano inteiro aqui ao lado dele, mas aí não começou a aparecer nada, eu chegava na cidade e me chamavam de mentiroso. Cobravam-me o dinheiro da Santa Casa que não veio, cobravam-me dizendo que já tinha ido ali dez vezes e o dinheiro não veio. Cobravam-me o CD do FESPONTA que o Governador prometeu na frente de todos nós, Deputados: Zuk, Plauto, Jocelito, Péricles e toda comunidade e até hoje não pagou!

E eram só R\$ 10,00, dinheiro de uma cachaca bem feita aí.

Então, Senhor Presidente, estou preocupado. Mais uma vez esqueceu-se de Ponta Grossa.

O Sr. Walmor Trentini - Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito Canto, tem que ser louvada a sua luta e a sua disposição de lutar e brigar por Ponta Grossa. E o Deputado Marquinhos Alves fez um pronunciamento a respeito da Linha do Ofício, assim como o Deputado Alborghetti, e Vossa Excelência reclama de Ponta Grossa. Este programa Linha do Ofício efetivamente não serve para as grandes cidades, não serve não, não atinge, porque a minha Paranavaí também não foi contemplada porque lá temos

o SESI, o SESC, o SENAC, que dão estes cursos, que fazem e que ensinam este ofício.

Então, primeiramente será levado aos pequenos municípios, onde não tem esta estrutura, não tem este atendimento, mas acredito que Ponta Grossa terá coisas melhores como já teve, chegando a fábrica da Kaiser, tantos outros benefícios e acho que esta luta é válida, mas a questão da Linha do Ofício não é para atender os grandes municípios que já prestam serviços como estes através do SESI, SENAC, etc.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência: aonde nasceu a Linha do Ofício?

O Sr. Walmor Trentini - A Linha do Ofício, a geração foi na capital do Estado, Curitiba, mas para levar, porque sabemos que Curitiba é uma cidade, uma metrópole... (Vozes Paralelas) ..., mas acredito que ainda assim essas grandes cidades têm uma estrutura melhor que as pequenas não dispõem de um mínimo. Então, a Linha do Ofício veio exatamente para os pequenos municípios.

O Sr. Élio Rusch - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, antes de mais nada, gostaria de agradecer o aparte.

Vejo nos últimos dias a presença frequente do Deputado Jocelito na tribuna e mesmo na Plenária, questionando a ação do Governo do Estado e atualmente, neste momento, vejo novamente o Deputado Jocelito Canto questionar o Governo do Estado em relação àqueles ônibus que foram entregues hoje pela primeira dama do Estado, a Sra. Fani, e diga-se de passagem, como o Deputado Alborghetti, Marquinhos, Walmor, todo mundo já se referiu ao trabalho que ela está desenvolvendo em favor da sociedade menos favorecida da sorte em nosso Estado.

Agora, vejo também, Deputado Jocelito, quando Vossa Excelência questiona a não inclusão do Município de Ponta Grossa neste rol dos 15 municípios que foram beneficiados com os ônibus Linha do Ofício, mas por outro lado vejo, Deputado Jocelito Canto, que o trabalho que Vossa Excelência, que o Deputado Plauto Miró Guimarães, que o Deputado Zuk, têm realizado em favor do seu município.

A Kaiser, por exemplo, instalou-se em Ponta Grossa com todos os incentivos do Governo do Estado. E aí temos que abrir um parêntese e lembrar uma outra pessoa, a pessoa do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Anibal Khury. Se não fosse o Deputado Anibal Khury, com certeza

não tínhamos a lei no Estado do Paraná que oferece os incentivos, que dá condições ao Governo do Estado negociar com todos os empresários, que tem interesse em estabelecer a sua indústria aqui no nosso Estado. Quer dizer, tivemos a participação, mas quem teve a idéia foi o Deputado Anibal Khury. E devemos lembrar, do Deputado Anibal Khury, com a vinda da Renault, da Kaiser.

E uma outra coisa, Deputado Jocelito Canto, esta semana agora foi publicado, está à disposição de todas as empresas do Estado do Paraná que queiram participar da concorrência pública que será realizada na construção de escolas novas pelo Banco Mundial e Ponta Grossa recebeu cinco escolas sozinha. Quantos municípios temos no Estado do Paraná que não foram beneficiados? Eu poderia questionar na minha região. Na minha região alguns municípios, minha cidade foi beneficiada e mais dois municípios que se beneficiam. Agora, Ponta Grossa, sozinha, recebe do Governo do Estado cinco unidades novas com todas as dependências, inclusive com quadras de esporte a custo zero, a fundo perdido, que o Governo do Estado está levando para sua cidade. Então, isto temos que reconhecer também, Deputado.

Então, quer dizer, se quero apontar os defeitos, erros ou as críticas, são fáceis de ser feito. Agora, temos que reconhecer, por outro lado, o trabalho que está se fazendo também, que não vamos ser tão injustos e dizer que tudo está errado. O Governo do Estado tem erros? Pode ter, agora, que está fazendo coisa boa, está. E o Governador do Estado Jaime Lerner está no poder há um ano, faltam três anos, e nesse ano muita coisa fez pelo Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO - Jaime Lerner, só para lembrar, não está há um ano no Governo não, é um ano e quatro meses já, quase um ano e meio já. E segundo, não se pode comparar o Deputado Anibal Khury, nosso Presidente da Assembleia, ao Governador Jaime Lerner. Nosso Presidente nos atende e é uma satisfação toda vez que pedimos alguma coisa, atende-nos. Então, não dá para comparar. E segundo, Deputado Luiz Carlos Zuk, que solicitou nesta Casa um aparte, vou permitir também se o nobre Presidente permitir.

Só para encerrar, gostaria então de convidar os Senhores Deputados para estarem amanhã em Ponta Grossa, oportunidade em que vamos ter um encontro esportivo e o nosso Presidente da Assembleia será homenageado como um dos grandes ajudantes do Município de Ponta Grossa, sempre nos ajudando nesta Casa juntamente com o Deputado Zuk, o Deputado Plauto e o Deputado Péricles.

E Deputado Alborghetti, Vossa Excelência falou aqui que tem conseguido bastante coisa com a Primeira Dama do Estado, Dona Fani Lerner. Estou exatamente há uns trinta dias querendo marcar uma audiência para ir falar com ela e não estou conseguindo. Segundo, tenho solicitado à ela, nesse trabalho de cidadania que Vossa Excelência faz e eu faço igual a Vossa Excelência, seguindo até um exemplo de trabalho, tenho solicitado coisas como perna mecânica, coisas que não posso comprar, que não tenho recursos, e tenho recebido, e tenho cópia no meu gabinete, a seguinte resposta: seu pedido foi encaminhado para o Município de Ponta Grossa para ser atendido. Não entendo o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra. Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Registro aqui, nesta tarde, e gostaria de me somar ao Deputado Pessuti que também tem acompanhado esta questão através do Bloco Parlamentar Agropecuário, e um assunto de extrema importância para o Paraná e gostaria também, Deputado Toti, Vossa Excelência que representa uma região das quais, do nosso Paraná, é composta por pequenos produtores rurais que até na semana passada, por problemas que tivemos na comercialização do feijão, a CONAB - Companhia Nacional do Abastecimento, decidiu e eu gostaria de registrar aqui, comprar até 80 sacas de feijão do pequeno produtor ao preço mínimo, evitando que esse produtor rural vendesse o seu produto a um preço inferior ao preço estabelecido pelo Governo Federal.

Amanhã, Senhores Deputados, chamo a atenção, meu caro Elio Rusch, Deputado de Marechal Cândido Rondon, amanhã a Associação Paranaense dos Suinocultores terá um encontro com o Ministro da Agricultura, o paranaense José Eduardo Andrade Vieira, para tratar de um assunto que é importantíssimo para o Paraná, porque os agricultores estão na iminência de saírem das suas propriedades já de algum tempo e alternativas que possam diversificar a produção.

Sempre tem sido recomendado pelos técnicos, é uma linha do Governo do Paraná e tivemos, por parte dos suinocultores nesse país, muitas dificuldades.

Outrora foi o problema da peste suína africana, aonde se abateu rebanhos e rebanhos de suínos neste Estado, onde muitos suinocultores deixaram da atividade. Mas a suinocultura continua sendo uma das atividades que faz com que o nosso pequeno produtor ainda permaneça produzindo, já que tem ele a condição de ter um dinheiro pelo menos de vez em quando e não apenas na safra de 6 em 6 meses.

No ano passado, o Paraná colheu 9 milhões de toneladas de milho, um recorde nacional, mas vendeu o milho a um preço barato.

Agora os suinocultores e os avicultores do Paraná estão comprando milho a um preço muito alto, mais uma vez através do Ministro José Eduardo se colocou através da CONAB, o milho estocado do governo federal, em leilão direto, em venda direta - desculpa para os agricultores - nos armazéns onde estava localizado. É claro que diminuiu um pouco do preço o milho favorecendo a atividade.

Mas vejam bem Senhores Deputados, o preço hoje do custo da produção de suíno é 0,78 centavos a 0,80 centavos o quilo. O preço de venda é em torno de 0,60 centavos.

Não é possível continuar na atividade desta forma.

A Associação Paranaense de Suinocultores está indo à Brasília, Senhor Presidente, numa audiência com o Ministro, solicitar ao Ministro José Eduardo, que aumente a alíquota de importação da carne suína, porque ouvimos falar, - embora a CACEX não informe isso, - que estaria para chegar no país, 40 mil toneladas de carne suína a um preço de 0,95 centavos, com 4% de juros, com 180 dias para pagar, competindo de forma desigual com o nosso produto, ou seja, colocando mais uma vez em risco a atividade dos suinocultores que continuam com a sua atividade porque é uma alternativa e porque tem tradição, como são casos dos suinocultores do Sudoeste e Oeste do Paraná.

Temos 3 milhões e 700 mil cabeças de suínos no Estado do Paraná e talvez de tudo que se fale, ainda o setor que mais gera emprego é a nossa agricultura, cada agricultor de muitos que ainda estão pensando em sair das suas propriedades, não é um desempregado, são 4 ou 5 desempregados que vêm para as cidades e que encontram dificuldades, porque não tem município que agüente com casa popular, não há governo do Estado que agüente com assistência social.

Gostaria de aqui hipotecar o apoio da Comissão de Agricultura, Presidente desta Casa, para os suinocultores, tendo em vista que o Ministro da Agricultura, José Eduardo, vai receber a Associação Paranaense dos Suinocultores, e com certeza absoluta, como fez com a CONAB, com o feijão dos pequenos produtores, e com a própria venda de milho através da CONAB, com certeza o nosso Ministro vai receber os nossos suinocultores para que tenhamos por parte do Ministério da Indústria e Comércio, a sensibilidade de não fazer com que esta atitude mais uma vez venha tirar o nosso agricultor do campo.

Era esta a informação e o registro que gostaria de fazer para a qual pediria o apoio dos Parlamentares desta Casa.

E para concluir, Senhor Presidente apenas reiterar o convite de Vossa Excelência para amanhã às 09:30 horas, no Plenarinho, que teremos um ato público do SEBRAE, das pequenas e micro empresas do Estado do Paraná nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, apenas para registrar com grande satisfação a presença na tribuna de honra aqui desta Casa do Prefeito de Sarandi, Milton Martini.

Acompanhado dos seus pais, o seu João e a Dona Rosa, que muito contribuíram até hoje na sua vida pelo fortalecimento do nosso Paraná. É uma honra para nós recebê-los aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/95 - de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar funcionários no cargo de Assistente Jurídico do Estado do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Substitutivo Geral da C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 382/95

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Advogado do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei nº 9.422 de 05 de novembro de 1990, os funcionários do Quadro Próprio do Magistério, com habilitação em Direito, e inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que prestam ou prestaram serviços na Assessoria Jurídica das Secretarias de Estado, por um período não inferior a 03 (três) anos.

Sala das Sessões, em 26.03.96

(a) RENATO ADUR.

Apoio: Luiz Carlos Martins, Antonio Annibelli, Toti Colaço, Techy Filho e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto em referência merece ser ampliado no sentido de contemplar aqueles funcionários do Quadro Próprio do Magistério que tenham atuado em atividades jurídicas junto as demais Secretarias de Estado.

Importa esclarecer que professores habilitados em Direito, prestaram serviço fora de sua área de atuação de magistério, ocupando, inclusive, a função de assessores jurídicos nas referidas Secretarias, e que não foram incluídos no Projeto original, e nem sequer na Emenda Substitutiva, o que consideramos como uma injustiça. Desta forma, procurando corrigir a discrepância, apresentamos a presente emenda.

Devidamente apoiado.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera a redação do Artigo 2º, da Lei nº 9.141 de 07 de dezembro de 1.989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ no DA. nº 152, de 07.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 475/95

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo alterar a redação do Art. 2°, da Lei n° 9.141, de 07 de dezembro de 1.989.

Tal propositura pretende passar para regime de concessão, área doada ao Município de Primeiro de Maio, destinada ao turismo e lazer. A área foi doada com esta finalidade visando aumentar os recursos do município, que teve grande parte de sua área cultivável alagada, com a criação do lago da Barragem Capivara, ocasionando um quadro econômico negativo. Desenvolveu-se, então um projeto turístico na área doada, mas apesar do esforço, o que se verificou foi um maior prejuízo para o município, já que tal empreendimento não trouxe o retorno esperado, vindo inclusive a dar resultados negativos, obrigando a municipalidade a dispor de recursos de seu caixa para suprir as carências.

Pretende-se com tal projeto desgravar o imóvel de sua cláusula de inalienabilidade, possibilitando transformar a área passível de regime de concessão, possibilitando ao município buscar a iniciativa privada para desenvolver um projeto viável economicamente, buscando desenvolver a indústria do turismo na região, cumprindo assim a finalidade inicial de tal doação.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, conclui nada haver que possa obstar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 475/95

P A R E C E R :

A inalienabilidade disposta no art. 2° da Lei n° 9.141 de 07.12.89, impossibilita a concessão do terreno para terceiros interessados em desenvolver a área para efeito de turismo e diversão no local.

Como se trata de desenvolver a área, propiciando o desenvolvimento de geração de empregos, um dos maiores compromissos do atual governo Jaime Lerner, somos de parecer favorável à tramitação do presente projeto nesta casa.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.95

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator.

ITEM 03

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 019/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria a Comissão Permanente na Estrutura Institucional da Assembléia Legislativa do Estado. PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 47, de 09.05.95).

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19/95

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo alterar o art. 33, da Resolução n° 159, Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, criando a Comissão Permanente para Assuntos do MERCOSUL.

Fundamentação

O Estado do Paraná é hoje um dos maiores participantes do Mercado Comum do Sul, seu envolvimento no comércio com os países irmãos, Paraguai, Argentina e Uruguai, são de grande monta e com uma tendência a crescer cada vez mais. Todo esse complexo comercial e social requerem dos órgãos públicos um acompanhamento e fiscalização dos mais apurados e achamos, por isso, apropriada a criação desta comissão para assuntos do MERCOSUL, que por certo dará uma grande contribuição a este acordo que congregou o Brasil aos países sul-americanos já mencionados.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto de resolução em tela.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ITEM 04

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 024/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, que institui a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59, de 30.05.95)

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE LEI N° 024/95

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de resolução, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, tem por objetivo criar a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado.

Fundamentação

A Comissão de Direitos Humanos já funcionou, com brilhantismo, durante os anos 80, mas na aprovação do novo Regimento Interno entenderam os Senhores Deputados ser ela prescindível do rol das Comissões Permanentes. Na prática esse pensamento mostrou-se equivocado, fazendo-se necessária o retorno de tão importante comissão, tendo em vista os problemas que ora afloram em nossa sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação da presente proposição que pretende alterar o Regimento Interno deste Poder, instituindo a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 691, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 699, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 700, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 701, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 702, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 703, 708, 709, 712 e 713, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 704, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 705 a 707, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 710, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 711, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/95;

e dos Projetos de Resolução n°s 019 e 024/95.

Marco ainda uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 026 a 029/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Ata de Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder a sua instalação e eleição para Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Eduardo Trevisan e Beto Richa, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Eduardo Trevisan agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Vanessa Massaro, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

EDUARDO TREVISAN

DUILIO GENARI

ÉLIO LINO RUSCH

BETO RICHÁ

FLORISVALDO FIER

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ANTONIO BELINATI

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ata de Instalação

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder a sua instalação e eleição para Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Nelson Justus e Walmor Trentini, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Nelson Justus agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
NELSON JUSTUS
ORLANDO PESSUTI
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
SÉRGIO SPADA
CÉSAR SELEME
PÉRICLES MELLO
WALMOR TRENTINI

13.^a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, José Tavares, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone, Antonio Belinati, Eduardo Trevisan e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto n° 09/96, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 02) Proposição Veto n° 02/96, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Proposição Veto n° 38/96 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 04) Proposição Veto n° 39/96, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 05) Proposição Veto n° 40/96, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária